

DIREITO PENAL

01. Sobre os temas atuais de política criminal, assinale a opção correta.

- a) A expansão modernizadora possui relação com a primeira e a segunda velocidades do Direito Penal.
 - b) A expansão securitária se reduz ao Direito Penal do Inimigo.
 - c) O Direito Penal de Intervenção consiste na defesa da pena privativa de liberdade quando da tutela de bens jurídicos coletivos.
 - d) A primeira velocidade do Direito Penal abrange a tutela de bens jurídicos coletivos com a incidência de penas restritivas de direito.
-

02. Em tal teoria do crime, a culpabilidade é classificada como normativa e pura, ou seja, sem categorias psicológicas. Essa afirmação constitui característica da teoria

- a) significativa da ação.
 - b) causal neoclássica.
 - c) funcionalista.
 - d) finalista.
-

03. Nesse sistema, está presente a valoração do dolo e da culpa na pretensão de ilicitude. Essa afirmação constitui característica da teoria

- a) social da ação.
 - b) significativa da ação.
 - c) finalista.
 - d) causal neoclássica.
-

04. A respeito da teoria da causalidade adequada, assinale a opção correta.

- a) Causa deve ser compreendida como suficiente e necessária nas circunstâncias para os seus efeitos.
 - b) Constitui sinônimo da teoria da imputação objetiva.
 - c) Foi adotada no Código Penal brasileiro para explicar a concausa relativa superveniente que foge do desdobramento lógico do processo causal.
 - d) Teoria da condição proporcional.
-

05. Segundo o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça, a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade prevista em Tratado Internacional

- a) aplica-se, sem necessidade de nova norma, ao ordenamento jurídico brasileiro.
 - b) não se aplica ao Brasil enquanto não houver a previsão em uma lei nacional.
 - c) viola a Constituição de 1988.
 - d) depende, exclusivamente, de uma lei complementar.
-

06. No modelo finalista, o dolo

- a) está na culpabilidade.
 - b) integra a punibilidade.
 - c) faz parte da conduta.
 - d) independe do elemento volitivo.
-

07. Quanto à prescrição, é correto afirmar que EXCLUI

- a) a punibilidade.
 - b) a tipicidade.
 - c) a ilicitude.
 - d) a culpabilidade.
-

08. No tocante ao furto, é INCORRETO afirmar que, atualmente,

- a) será qualificado pela fraude quando essa for utilizada para enganar a vítima.
- b) o repouso noturno (causa de aumento de pena) não convive com a qualificadora, segundo a posição atual do Superior Tribunal de Justiça.
- c) será privilegiado quando for praticado por agente primário e a coisa tiver pequeno valor.
- d) nas formas tipificadas com penas abstratas inferiores a quatro anos, presentes os demais requisitos, admite o acordo de não persecução penal.

09. Quanto ao crime de peculato, assinale a opção INCORRETA.

- a) Pode ser cometido por não funcionário público em concurso de pessoas com um funcionário público.
- b) Na forma culposa, a reparação do dano realizada antes da sentença irrecorrível extingue a punibilidade.
- c) O concurso de pessoas será explicado pela teoria do domínio do fato.
- d) Na modalidade prevista no *caput* do artigo 312 do Código Penal, não foi contemplado peculato de uso.

10. Quanto à falsidade ideológica, assinale a opção INCORRETA.

- a) Constitui um crime contra a fé pública.
- b) Admite a forma comissiva e a forma omissiva na descrição do artigo 299 do Código Penal.
- c) Admite tentativa na forma omissiva própria.
- d) Cuida-se de crime que possui elementar subjetiva especial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Sobre a colaboração premiada, assinale a opção INCORRETA.

- a) A colaboração é negócio jurídico-processual e meio de prova, com especial destaque à chamada que o colaborador realiza quando ouvido em juízo como testemunha.
- b) A colaboração premiada exige, para sua formalização, a participação do defensor técnico do colaborador em todas as etapas de negociação, formalização e implementação do acordo.
- c) Se iniciadas as tratativas para o acordo e ele não se completa por recusa de uma das partes, o Ministério Público não poderá se valer das informações ou provas apresentadas pelo colaborador, de boa-fé, para qualquer outra finalidade.
- d) A concessão de perdão judicial ao colaborador exige pedido do Ministério Público ou representação do delegado de polícia.

12. A respeito do procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção INCORRETA.

- a) A soberania do veredicto do Tribunal do Júri não impede a desconstituição da decisão por meio de revisão criminal.
 - b) Não viola o princípio da soberania dos veredictos a cassação da decisão do Tribunal do Júri manifestamente contrária à prova dos autos.
 - c) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
 - d) O quesito genérico de absolvição (art. 483, III, do CPP), se inexistente tese defensiva de mérito, pode ser tido como contraditório em relação ao reconhecimento da autoria e da materialidade do crime.
-

13. Assinale a opção correta sobre a Lei n. 9.099/1995.

- a) A alternatividade da pena de multa permite que o crime admita suspensão condicional do processo independentemente da previsão da pena privativa de liberdade.
- b) A suspensão condicional do processo é instituto aplicável unicamente no juizado especial criminal.
- c) Transação penal e suspensão condicional do processo são institutos impossíveis em um mesmo caso: ou cabe um ou cabe outro, jamais os dois para um mesmo caso.
- d) O prazo de suspensão condicional do processo pode ser reduzido para seis meses, caso o juiz fundamentadamente entenda que o sujeito bem cumpriu as condições do acordo.

14. Com relação à Lei n. 9.099/1995, assinale a opção INCORRETA.

- a) A assunção do compromisso pelo autor do fato de comparecer na data a ser designada perante o juizado especial criminal afasta a imposição da prisão em caso de flagrante.
- b) A composição dos danos civis entre autor do fato e ofendido deve ser buscada ainda que o crime seja de ação penal pública incondicionada.
- c) A oferta de transação penal, nos crimes de ação penal de iniciativa privada, é de titularidade do ofendido.
- d) A negativa do querelante em ofertar transação penal autoriza que o juiz ofereça o benefício ao autor do fato.

15. Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção INOCORRETA.

- a) O presidente, na elaboração do quesito absolutório, deve complementar sua redação para vinculá-lo à tese defensiva sustentada pelo acusado ou por seu defensor em plenário.
- b) A formulação do quesito absolutório deve observar o texto previamente estabelecido pelo CPP; é vedado ao presidente alterar a redação desse quesito.
- c) Cada crime imputado ao acusado enseja uma série própria de quesitos.
- d) O presidente apresentará os quesitos às partes e os explicará aos jurados antes de determinar a ida à sala especial.

16. Acerca do procedimento comum previsto no CPP, assinale a opção INCORRETA.

- a) As partes poderão requerer a realização de diligências probatórias, após o interrogatório do acusado, desde que demonstrem a necessidade dessa diligência originada de circunstância ou fato apurado no curso da instrução.
- b) No interrogatório, o direito ao silêncio do acusado alcança o momento em que o juiz o identifica e o qualifica.
- c) A apresentação de contradita à testemunha, no processo penal, impede que o juiz lhe tome o compromisso de dizer a verdade.
- d) É vedado à parte, na inquirição da vítima de crime contra a dignidade sexual, indagar sobre circunstância ou elemento alheio ao fato objeto de apuração nos autos.

17. Sobre o procedimento sumaríssimo, assinale a opção INCORRETA.

- a) A recusa injustificada do Ministério Público em ofertar a proposta de transação penal pode ser suprida pelo juiz, desde que haja pedido expresso do autor do fato.
- b) A composição dos danos civis, nos crimes de ação penal pública incondicionada, não prejudica a persecução penal.

- c) A admissibilidade da ação penal, no procedimento sumaríssimo, é antecedida de manifestação do defensor do denunciado.
- d) O recurso de apelação interposto contra sentença proferida pelo juiz no procedimento sumaríssimo é julgado pela turma recursal dos juizados especiais criminais.

18. A respeito da Lei n. 11.343/2006, assinale a opção INCORRETA.

- a) A audiência de instrução e julgamento do procedimento especial da Lei de Drogas deverá se realizar no prazo de 30 dias contado da decisão que recebe a denúncia.
- b) Apesar do texto da Lei n. 11.343/2006 estabelecer o interrogatório como ato primeiro da instrução processual, o Supremo Tribunal Federal fixou a compreensão de que o interrogatório deve se realizar após a produção da prova testemunhal, como determina o art. 400 do CPP.
- c) O recolhimento do réu à prisão, para interpor recurso de apelação contra a sentença condenatória, é obrigatório.
- d) No procedimento especial previsto na Lei n. 11.343/2006, como regra, a defesa técnica do denunciado deve se manifestar sobre a acusação antes da admissibilidade da denúncia.

19. Com relação à sentença no procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a opção correta.

- a) No caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 anos de reclusão, o presidente determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão.
- b) No caso de absolvição em plenário, o presidente poderá, fundamentadamente, manter medida cautelar que se preste à proteção da vítima.
- c) Em caso de desclassificação do crime doloso contra a vida para crime de menor potencial ofensivo, o presidente determinará a remessa do feito ao juizado especial criminal.
- d) As partes devem, necessariamente, indicar, ainda em plenário, se pretendem apelar, ou não, da sentença proferida pelo presidente, indicando seguidamente a alínea que servirá de base ao recurso de fundamentação vinculada.

20. No que concerne ao procedimento do júri, assinale a opção correta.

- a) Ao decidir pela pronúncia do acusado, o juiz deve, necessariamente, impor prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal.
- b) Na quesitação, a tese de legítima defesa putativa deve ser apreciada pelos jurados seguidamente à consideração da tese de legítima defesa real.
- c) A ocorrência de morte da vítima, em razão do crime já pronunciado, autoriza que o juiz abra vista dos autos para o Ministério Público, ainda que já preclusa a pronúncia.
- d) A decisão de impronúncia impede seja desarquivada a investigação do fato, ainda que presente notícia de nova prova pertinente ao fato criminoso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Assinale a opção correta.

- a) O litisconsórcio necessário sempre é unitário.
- b) A fim de preservar a celeridade e o exercício do direito de defesa, o juiz pode limitar o litisconsórcio quanto ao número de litigantes, nos casos de litisconsórcio facultativo ou necessário.
- c) A sentença de mérito será nula quando proferida sem a observância de regra que impõe a formação de litisconsórcio, mas apenas nos casos de litisconsórcio necessário e simples.

- d) De acordo com o princípio da autonomia dos litisconsortes, as condutas de um litisconsorte nunca beneficiarão ou prejudicarão os demais.
-

22. Assinale a opção correta.

- a) Nas ações de separação judicial e divórcio, é competente o foro da residência da mulher.
- b) A competência do juízo da situação do imóvel não é absoluta nas ações possessórias.
- c) A incompetência absoluta e a relativa devem ser alegadas como questões preliminares na contestação.
- d) Nas ações reais imobiliárias propostas contra uma pessoa casada, o cônjuge necessariamente deve integrar o polo passivo, independentemente do regime de bens do casamento.
-

23. Assinale a opção INCORRETA.

- a) O duplo grau de jurisdição é uma garantia processual prevista na Constituição Federal e, portanto, não pode ser afastada por norma infraconstitucional.
- b) Mediante ato de cooperação jurisdicional, é possível promover a centralização de processos repetitivos perante um mesmo Juízo.
- c) É possível a flexibilização do procedimento por iniciativa do juiz, inclusive no que diz respeito à alteração da ordem de produção das provas.
- d) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente e rateadas entre os interessados.
-

24. Sobre intervenção de terceiros, assinale a opção INCORRETA.

- a) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo, o assistente, o processo no estado em que se encontre.
- b) Se a parte deixar de promover a denunciação da lide no momento oportuno, poderá exercer o direito de regresso contra o terceiro em ação autônoma.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para requerer a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica quando lhe couber intervir no processo.
- d) O ingresso da União como *amicus curiae* em processo que tramita perante a Justiça Estadual provoca a alteração da competência do juízo, com a consequente redistribuição para a Justiça Federal.
-

25. Acerca de sentença e coisa julgada, assinale a opção correta.

- a) Se o juiz conceder, ao autor, um bem da vida que não foi requerido na petição inicial, estaremos diante de uma sentença *ultra petita*.
- b) Haverá remessa necessária quando a sentença proferida contra o Distrito Federal estiver fundamentada em acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso especial repetitivo.
- c) Considerando que apenas a parte dispositiva da sentença produz coisa julgada material, em nenhuma hipótese esse fenômeno incidirá sobre questão prejudicial decidida incidentalmente no processo.
- d) É possível a formação de coisa julgada material a partir de decisão interlocutória de resolução parcial do mérito.
-

26. Sobre recursos e ação rescisória, é correto afirmar que

- a) os embargos de declaração possuem efeito suspensivo *ope legis*, de forma que a decisão embargada não produz efeitos enquanto o recurso não for julgado.
- b) o relator pode, monocraticamente, negar provimento a uma apelação quando a tese do recurso for contrária a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

*Processo Seletivo do Curso de Especialização Ordem Jurídica e Ministério Público
1º Semestre de 2023*

- c) o autor de uma ação rescisória, inclusive o Ministério Público, deve depositar a importância de 5% sobre o valor da causa ao propor a demanda, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
 - d) a propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda.
-

27. Assinale a opção correta sobre execução.

- a) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento por falta de interesse processual.
 - b) É possível observar o procedimento de execução mediante prisão civil no caso de alimentos provisórios.
 - c) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o procedimento da execução mediante prisão civil é cabível no caso de alimentos indenizatórios.
 - d) A oposição de embargos à execução suspende automaticamente o procedimento de execução, desde que o juízo esteja garantido pela penhora.
-

DIREITO CIVIL

28. Uma empresa despeja, frequentemente, determinados dejetos em um rio. Não havia nenhuma lei proibindo o ato. Se, porém, sobrevier uma lei proibindo-o e estabelecendo punições no caso de infração,

- a) a empresa poderá continuar poluindo, pois nova lei não pode atingir direito adquirido.
 - b) a empresa poderá ser punida pelos atos praticados antes da nova lei, pois a nova lei pode ter eficácia contra atos anteriores.
 - c) a empresa, após a nova lei, estará proibida de despejar dejetos no rio.
 - d) ela terá direito a continuar lançando os dejetos no rio, sob pena de violação à boa-fé, desde que tenha feito elevados investimentos para instalar seu parque industrial no local.
-

29. Assinale a opção correta.

- a) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia dois meses depois de oficialmente publicada.
 - b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
 - c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo quando não haja intenção difamatória.
 - d) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
-

30. O negócio jurídico simulado gera todos os efeitos a seguir elencados, EXCETO:

- a) O negócio jurídico simulado é nulo, mas preservam-se em face dos contraentes do negócio os direitos de terceiros de boa-fé.
 - b) O vício do negócio jurídico, se não alegado pelo terceiro interessado, convalesce pelo decurso do tempo.
 - c) A nulidade do negócio jurídico simulado pode ser alegada por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.
 - d) A nulidade deve ser pronunciada pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos, não lhe sendo permitido supri-la.
-

31. Sobre os efeitos da posse previstos no Código Civil, é correto afirmar que

- a) o possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sem saber que o era.
 - b) o possuidor, mesmo que de boa-fé, não tem direito aos frutos percebidos.
 - c) o possuidor de boa-fé responde pela perda ou deterioração da coisa, mesmo que não der causa.
 - d) o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual.
-

32. A perda do bem adquirido em contrato oneroso, em função de sentença que atribui a titularidade deste a terceiro, acarreta

- a) vício redibitório.
 - b) vício do produto.
 - c) evicção.
 - d) exceção de contrato não cumprido.
-

33. Marta recebeu citação em ação de execução por dívida de imposto predial em relação ao imóvel em que reside com a sua família. Trata-se do único imóvel próprio da entidade familiar e que serve de residência para ela, seu marido e os dois filhos do casal. Nesse caso, o imóvel é

- a) impenhorável, porém não estão abrangidos os móveis que guarnecem a residência, ainda que quitados.
 - b) impenhorável, pois se configura a proteção ao bem de família, que não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza contraída pelo casal ou por seus filhos.
 - c) penhorável, pois o bem de família não é oponível em relação às dívidas contraídas pelos particulares em relação ao Poder Público.
 - d) penhorável, pois o crédito de impostos prediais ou territoriais devidos em função do imóvel familiar constitui exceção à regra de proteção ao bem de família.
-

34. João, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Leda, assinou contrato de fiança em um contrato de locação comercial, sem contar com a anuência de sua esposa. O patrimônio do casal é constituído basicamente por um único imóvel adquirido onerosamente durante o casamento, utilizado para fins de moradia. Nessa situação, a fiança será considerada

- a) parcialmente anulável, cabendo exclusivamente a Leda alegar a anulabilidade, de modo que a fiança terá eficácia quanto à meação de João.
 - b) nula, cabendo a qualquer um dos interessados alegar a invalidade de toda a fiança prestada.
 - c) válida, mas apenas poderá atingir os bens de João, pois a fiança sem a anuência de Leda será ineficaz em relação aos bens da meação da esposa.
 - d) anulável, cabendo exclusivamente a Leda alegar a invalidade de toda a fiança prestada.
-

35. Assinale a opção correta.

- a) Aceitando a herança, o herdeiro não responde por todo o passivo deixado pelo *de cujus*, ainda que isso supere os limites das forças da herança.
- b) Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento, mas não subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.
- c) Aceitando a herança, o herdeiro passa a responder por todo o passivo deixado pelo *de cujus*, ainda que isso supere os limites das forças da herança.

- d) O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbelhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.
-

DIREITO CONSTITUCIONAL

36. Supondo que determinada Assembleia Legislativa estadual edite uma lei exigindo que concessionárias de serviços de telefonia instalem bloqueadores de celular em presídios do estado, este ato normativo poderá ser considerado, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal,

- a) constitucional, já que trata de direito penitenciário, em relação à qual a competência legislativa é concorrente entre a União e os Estados.
b) inconstitucional, por violação material ao princípio da livre concorrência.
c) inconstitucional, por versar sobre matéria de telecomunicações, cuja competência é privativa da União.
d) constitucional, apenas se inexistente lei federal que cuide do tema.
-

37. A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) perante o Supremo Tribunal Federal é ação típica do controle concentrado

- a) e abstrato de constitucionalidade, cujo objeto pode ser apenas ato normativo estadual, competindo seu julgamento originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
b) e abstrato de constitucionalidade, cujo objeto pode ser apenas ato normativo federal, competindo seu julgamento originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
c) e concreto de constitucionalidade, cujo objeto pode ser apenas ato normativo pré-constitucional, competindo seu julgamento originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
d) e abstrato de constitucionalidade, cujo objeto pode ser atos normativos federais ou estaduais, competindo seu julgamento originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
-

38. No que tange à administração pública, a Constituição de 1988 e suas emendas estabelecem que

- a) os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado seu acesso aos estrangeiros.
b) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, ainda que não lhe seja franqueado o direito de greve.
c) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo o administrador que a invocar fazê-lo de forma genérica e inespecífica.
d) o dever constitucional de realização de concurso público não impede as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
-

39. Relativamente aos direitos políticos, é correto afirmar que

- a) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, sem prejuízo de medidas como o plebiscito; o referendo; e a iniciativa popular, que não alcança as Propostas de Emenda Constitucional.
b) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
c) são inalistáveis os estrangeiros e os militares, em qualquer condição.

- d) nos casos em que buscam a reeleição, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

40. Sobre o processo legislativo das Medidas Provisórias, assinale a opção INCORRETA.

- a) Durante o processo de sua conversão em lei, é possível a apresentação de emendas parlamentares ao texto originalmente apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, exigindo-se, necessariamente, que estas apresentem pertinência temática com a matéria discutida.
- b) Durante o processo de sua conversão em lei, é possível a apresentação de emendas parlamentares ao texto originalmente apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, sem limitação temática, eis que, na doutrina da separação dos poderes, cuida-se de função típica do Poder Legislativo.
- c) Durante o processo legislativo, as medidas provisórias deverão ser apreciadas por uma comissão mista de Deputados e Senadores, à qual caberá a emissão de parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- d) Veda-se a reedição, em uma mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.